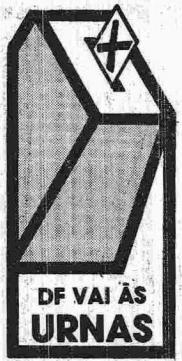


TRE libera Maurício e Lopes para TV

Oswaldo Buarim Jr.



O Tribunal Regional Eleitoral concedeu ontem registro da coligação Frente Popular Brasília e do Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), para disputar a eleição de 3 de outubro o que permite o retorno dos candidatos a governador

Maurício Corrêa e Adolfo Lopes ao horário de propaganda gratuita no rádio e na TV. O pedido de registro das candidaturas do PT ainda não foi apreciado, mas o presidente do TRE, desembargador José Manoel Coelho, concedeu liminar ao mandado de segurança garantindo a utilização do horário eleitoral pelo partido, que se comprometeu a não apresentar os candidatos, mas apenas seu programa e plataforma de campanha.

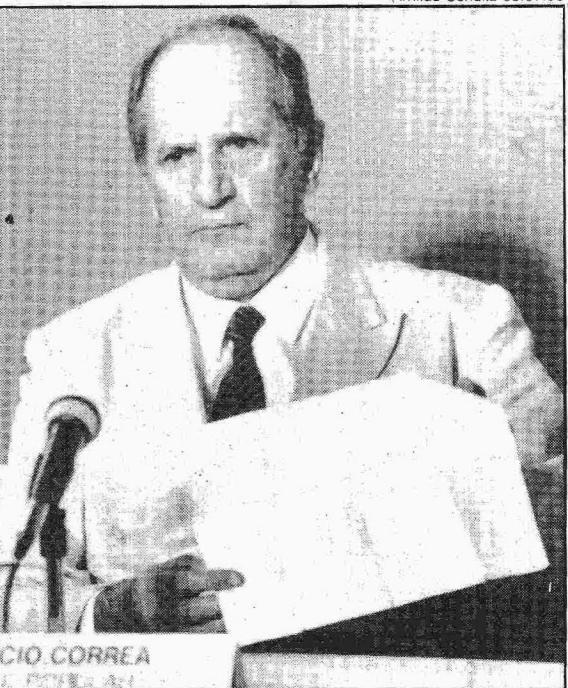
Os advogados Pedro Gordilho e Eri Varela, representantes do ex-governador Joaquim Roriz e das três coligações que o apóiam na disputa pelo Palácio do Buriti, rejeitaram a opção de ingressar com mandado de segurança para garantir a utilização do tempo no horário eleitoral gratuito. Eri Varela adiantou que vai trabalhar para antecipar o julgamento das candidaturas da Frente Comunidade — o prazo do TRE vence no dia 13 — mesmo que fique pendente o julgamento das impugnações requeridas contra Joaquim Roriz. Ao final da sessão de ontem, às 19h30, Eri Varela fez um apelo para o julgamento da Frente Comunidade, no que não foi atendido pelo presidente do TRE, José Manoel Coelho.

Os candidatos do Partido Verde a deputado federal, Joe Shalders, e distrital, Bolívar Figueiredo, também não obtiveram registro porque o PV foi considerado "inexistente". O PV também foi excluído da coligação Frente Popular, já que seu registro definitivo foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral porque o partido não formou diretórios em pelo menos nove Estados da Federação e em 20% dos seus municípios.

O candidato Joaquim Roriz tem prazo até segunda-feira para apresentar suas considerações finais contra os pedidos de impugnação de sua candidatura patrocinados pelo PSDB, PL, PT do B e pelo deputado Sigmaringa Seixas. Só então o juiz relator Euclides Reis Aguiar terá 48 horas para emitir parecer e colocar o assunto em julgamento, o que deve ocorrer na próxima quarta ou sexta-feira.

Na segunda-feira o juiz Joseval Sirqueira, relator dos pedidos de registro de diretórios do PT, coloca em votação a validade da formação do diretório regional do partido. O advogado petista José Vigilato prometeu para hoje ingressar com recurso especial no TRE pedindo a revisão dos indeferimentos dos registros dos diretórios da 1^a e 6^a zonas eleitorais do DF (respectivamente Plano Piloto e Planaltina). Até segunda-feira ele apresenta mandado de segurança no TSE para cassar a decisão já tomada e garantir a apreciação do recurso especial.

Arnaldo Schultz 09/07/90



Arnaldo Schultz 09/07/90



Com o registro das candidaturas, Maurício e Adolfo Lopes podem participar do horário gratuito